

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM DESAFIO POLÍTICO E PEDAGÓGICO NO CONTEXTO BRASILEIRO

IGOR FERREIRA DANTAS¹

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB

CLAUDIONOR ALVES DA SILVA²

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB

RESUMO

O presente ensaio é fruto dos estudos realizados na disciplina DFCH0813 Educação de Pessoas Jovens e Adultas I, no curso de Pedagogia e tem como objetivo refletir sobre os desafios acerca da implementação da Educação de Pessoas Jovens e Adultos – EJA, ao longo da História da Educação Brasileira. Para tanto, partiu-se de uma contextualização acerca desses desafios, que perpetuam desde os primórdios da educação no Brasil, que se inicia em meados do século XVI, com a chegada dos Jesuítas em nosso país até os dias atuais. Nesse contexto, ora verificam-se avanços ora recuos por meio das políticas e práticas institucionalizadas. O fato é que os índices ainda registram a existência de milhares de pessoas jovens e adultas sem acesso à escolarização e, consequentemente, analfabetas e ou com baixo grau de instrução. Neste sentido, conclui-se que o estado brasileiro enfrenta ainda um grande desafio que vem perpassando os séculos: trata-se da alfabetização de todas as pessoas jovens e adultas e garantir a continuidade de seus estudos, de modo que contribua para a ampliação de uma sociedade desigual.

Palavras-chave: Analfabetismo. Educação do Brasil. Educação de Pessoas Jovens e Adultas.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto dos estudos realizados na disciplina DFCH0813 Educação de Pessoas Jovens e Adultas I, no curso de Pedagogia, que tratou da educação de pessoas jovens e adultas no Brasil, a sua negação e ou negligência ao longo dos séculos. O objetivo deste ensaio é refletir sobre os desafios acerca da implementação da Educação de Pessoas Jovens e Adultas

¹ Graduando do curso de licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, atuou como bolsista no Programa Institucional de Bolsa Iniciação à Docência/CAPES - PIBID

E-MAIL: IGORCL925@GMAIL.COM.

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/2529640457002727>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-5564-8493>

² Professor de Alfabetização e didática da área de educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Do Grupo de Estudos e Pesquisas em Alfabetização Inicial - (GEPALI) e tem experiência na área de Educação, com ênfase ensino da língua materna e pesquisa nos seguintes temas: alfabetização inicial, leitura e escrita. EMAIL: CLAUDIONOR.SILVA@UESB.EDU.BR

LATTES: <https://lattes.cnpq.br/8663984042921525>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9329-0523>

– EJA, ao longo da História da Educação Brasileira e suas contradições que ultrapassaram séculos e se encontra no momento atual como uma grande problemática. Trata-se um trabalho de cunho bibliográfico e, para tal, recorremos a Freire (1981; 1987; 2018) e outros que abordam sobre a necessidade da educação com prática de liberdade, como peça chave para a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual; entretanto, devemos compreender que o mundo só pode ser mudado, se antes, o sujeito for emancipado.

Na sequência, apresentamos de forma sucinta, tendo em vista a limitação do espaço, os argumentos que denunciam descaso em relação à EJA e os argumentos que sustentam uma educação como prática de liberdade.

DESENVOLVIMENTO

Apesar de importantes avanços nas últimas décadas na cobertura educacional e na taxa de alfabetização da população brasileira, o analfabetismo da população adulta, continua a ser um problema atual e um reflexo da desigualdade na sociedade. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no Brasil a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais caiu de 6,1% em 2019 para 5,6% em 2022, o que corresponde a uma redução de 0,5 ponto porcentual, o equivalente a cerca de 490 mil analfabetos a menos (IBGE, 2023).

Há um consenso, pelo menos nos discursos políticos e das políticas públicas, de que a alfabetização e a educação devem ser prioridade ao longo da vida, por considerar requisitos para a garantia do desenvolvimento de pessoas e das comunidades. No entanto, o problema do analfabetismo e da má qualidade da educação ofertada, não só persiste, mas se destaca como um desafio pendente para aqueles que são responsáveis pela tomada de decisões políticas tanto na esfera nacional, quanto nas estaduais e municipais.

Parte do desafio a que se refere, trata de sistematizar e institucionalizar modelos e estratégias de intervenção, com objetivos e metas definidos, tendo como base as evidências empíricas sobre as políticas implementadas. Devemos pensar objetivos que não estejam limitados à alfabetização e às operações matemáticas básicas, mas outros que abordem ou pelo menos tentem abordar competências mais complexas.

A escola brasileira não tem dado conta da alfabetização de todas as crianças, mesmo com 5 anos de escolaridade. Os resultados das avaliações realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), desde os anos de 1990, revelam que muitos alunos concluem o quinto ano do ensino fundamental sem o desenvolvimento das habilidades básicas de leitura e da escrita. O não aprendizado da leitura e da escrita de modo

efetivo de todas as crianças, implica em adultos analfabetos e ou semianalfabetos. Desse modo, é preciso lembrar que as políticas que se fazem necessárias, devem levar em conta pelo menos duas urgências: implementar ações para o aumento do nível de alfabetização das pessoas como parte do primeiro ciclo de educação e outras que reforcem as capacidades dos jovens e adultos que estão fora do sistema educacional.

Diante do exposto, este ensaio é fruto dos estudos realizados na disciplina DFCH0813 Educação de Pessoas Jovens e Adultas I, no curso de Pedagogia, que tratou da educação de pessoas jovens e adultas no Brasil, a sua negação e ou negligência ao longo dos séculos. Nesse sentido, o objetivo deste ensaio é refletir sobre os desafios acerca da implementação da Educação de Pessoas Jovens e Adultos – EJA, ao longo da História da Educação Brasileira e suas contradições que ultrapassaram séculos e se encontra no momento atual como uma grande problemática. Para tal, recorreremos a Freire (1981; 1987 e 2018) que retrata em suas obras sobre a necessidade da educação com prática de liberdade, como peça chave para a construção de sua sociedade mais justa e menos desigual, entretanto, devemos compreender que o mundo só pode ser mudado, se antes, o sujeito for emancipado.

Assim, sua obra configura uma reflexão acerca da educação, da pedagogia e da ética libertadora. A educação passa a vista como um ato de conhecimento, tomada de consciência da realidade, leitura do mundo, entre outros. Seu método de alfabetização tem como base a exigência de uma investigação por parte dos educadores, acerca da realidade dos educandos e da leitura que eles fazem dessa realidade. Em relação ao processo de alfabetização, este se parte da apropriação problematizadora da realidade.

Sendo assim, o modelo tradicional de educação foi por ele denominado de “educação bancária”, que se trata de uma forma de entender a educação como relação vertical. Como sabemos, é o modelo em que o educador transmite os conhecimentos construídos ao longo da humanidade e os educandos recebem o conhecimento de forma passiva. A educação bancária se concebe como narração dos conteúdos ou transmissão de uma realidade que não requer reelaboração e que se apresenta como a única possível (FREIRE, 1987). Assim, segundo Freire (1987), a educação bancária supõe uma violência na medida em que se efetua uma surdez àquele que está sendo educado. É considerado violência por tratar o educando como um ignorante.

De acordo com Bobbio (1992, p. 4), “[...] no plano histórico a afirmação dos direitos do homem deriva de uma radical inversão de perspectiva, característica da formação do Estado moderno, na representação da relação política, ou seja, na relação Estado/cidadão ou soberano/súditos [...]”. Ele ainda aponta que os direitos são históricos, pois nascem das

circunstâncias que se caracterizam por lutas que defendem a liberdade contra o velho poder. Os direitos são, assim, conquistados gradualmente, conforme o momento histórico.

Com a tentativa de combater o analfabetismo na década de 1930, ampliou-se o número de escolas primárias, mas o número de escolas criadas não foi suficiente. No entanto, é nesse período em que a educação de pessoas jovens e adultas tem lugar no cenário educacional brasileiro como parte do sistema público de educação. Convém destacar ainda que entre as transformações pelas quais passava o país nesse período, no campo socioeconômico, como o investimento na industrialização está o êxodo rural. Isso provocou o governo a atender às novas demandas surgidas tanto por arte dos operários quanto dos empresários, que culmina com o lançamento da Cruzada Nacional de Educação em 1932.

Por influência, ou não do Manifesto dos Pioneiros, nos anos de 1940 se dá a ampliação da educação brasileira. Essa expansão se estende ao ensino de pessoas jovens e adultas, sendo prioridade com o fim da era Vargas. Em 1945 é regulamentado o Fundo Nacional do Ensino Primário estabelecendo que 25% dos recursos fossem destinados à educação de adolescentes e adultos. De certo modo, podemos afirmar a responsável por isso foi a efervescência política, que deu origem ao desejo e ou luta pela redemocratização do país. Não deixamos de considerar também que essa priorização da EJA tem, ou só tem, interesses políticos, pois era urgente o aumento das bases eleitorais (SILVA, 2016).

Embora foram diversas e notáveis iniciativas desenvolvidas em prol da educação de adultos desde o Manifesto dos Pioneiros, o problema da alfabetização ou o analfabetismo não foi solucionado, pois nos anos de 1950, o país contava com o índice de alfabetização aproximadamente a 50% da população brasileira (JOSETTI; ARAÚJO, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela primeira vez na história da educação brasileira, a EJA tem seu aparato financeiro no Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério – FUNDEB, de 2006, que prevê critérios para a distribuição de recursos financeiros, tendo em vista as matrículas na EJA. Embora tenha todo esse aparato legal, o analfabetismo no Brasil continua sendo tratado por meio de Programas e não de Políticas de Estado, conforme exposição na sequência, o que para nós, faz permanecer como um desafio para a sociedade brasileira a alfabetização de todas as pessoas jovens e adultas.

Após a extinção do MOBREAL, com o fim da Ditadura Militar, foram implantados outros programas de alfabetização de jovens e adultos, um a cada governo. Em essência, os programas

mudavam apenas no nome, pois a sua estrutura e funcionamento foram bastante semelhantes. Entre esses destacam-se o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania – PNAC; o Programa Alfabetização Solidária e o Programa Brasil Alfabetizado – PBA, que durou de 2003 a 2016.

Todos esses programas tiveram metas ousadas, mas nenhuma delas cumpridas. Eram 25% de brasileiros analfabetos em 1990 e 8% em 2015. Entre os anos de 2016 e 2022, há uma tímida redução do número de pessoas analfabetas de 15 anos ou mais. Em 2016 eram 6,7%; em 2017, 6,5%; 2018, 6,3; 2019, 6,1% e em 2022 eram 5,6% (IBGE, 2022). Segundo esses dados, o Brasil em 2022 conta com aproximadamente 10 milhões de pessoas analfabetas.

Os dados nos fazem dizer que, considerando o marco do ano de 1985 até o atual momento, os resultados dos programas de alfabetização de pessoas jovens e adultas tiveram resultados desastrosos, em relação ao cumprimento de suas metas. A vontade política, o compromisso e as ações assumidas e desenvolvidas não viabilizaram esforços necessários acabar com o analfabetismo brasileiro.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 25ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Agência IBGE notícias. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste,2022> . Acesso em 09 de out. de 2023.

JOSETTI, C. C.; ARAÚJO, R. V. C. **Educação nas décadas de 1920 a 1950 no Brasil: alfabetização de adultos em questão**. Gepiadde, ano 6, volume 12, Itabaiana, jul-dez de 2012.

SILVA, O. C. B. **Alfabetização de Pessoas Jovens e Adultas: um estudo do programa topa no município de Vitória da Conquista – BA**. Dissertação de Mestrado –PPGED/UESB, 2016.